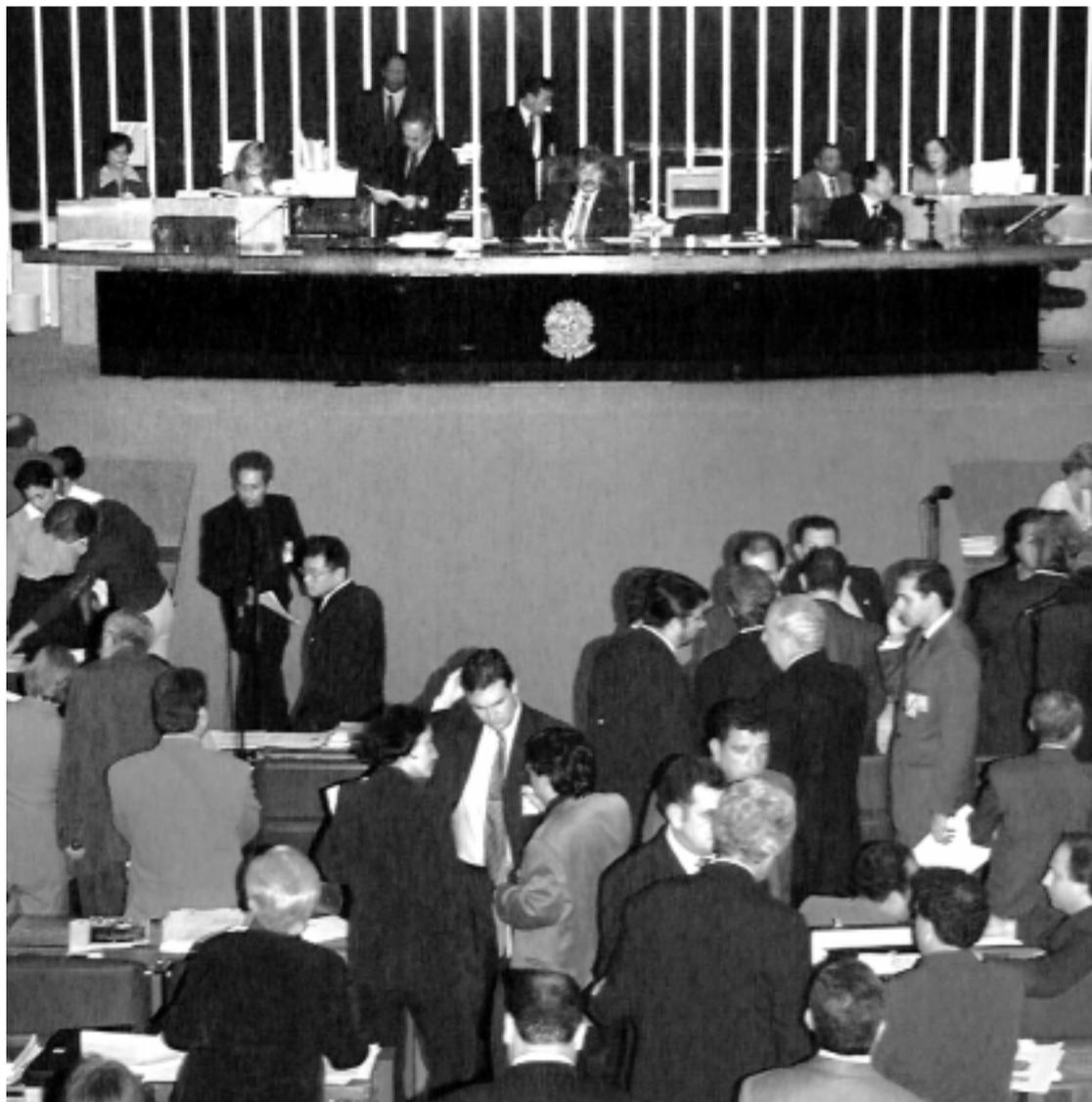


## Congresso aprova MP que combate a evasão fiscal

Medida atinge rendimentos obtidos por investidores estrangeiros e operações em bolsas de valores. Criação da Agência Nacional de Saúde Suplementar também é aceita pelos parlamentares



O Congresso Nacional aprovou, ontem, medida provisória baixada pelo governo para combater a evasão fiscal, em especial nas operações financeiras que não eram alcançadas pelo Imposto de Renda (IR). Investidores estrangeiros, por exemplo, passaram a pagar

15% de IR. Operações realizadas em bolsas de valores, de mercadorias e de futuros também são alcançadas pela MP.

Depois de mais de duas horas de discussão, o Congresso aprovou, ainda, medida provisória que cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar.

PÁGINA 3

## Comissão aceita gastos do governo com juros

Sub-relatório que estabelece no Orçamento deste ano os gastos governamentais com juros foi aprovado ontem pela Comissão Mista de Orçamento. Somando todos os encargos da

dívida pública, a União gastará até dezembro R\$ 78,1 bilhões. A comissão aprovou, também, o relatório parcial que trata dos recursos destinados à agricultura e à política fundiária.

PÁGINA 5

O Plenário do Congresso discutiu por mais de duas horas a medida provisória que cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar

**Camata desmente denúncia de revista e recebe apoio no Plenário**

PÁGINA 7

## CCJ acolhe regras para pagamento de precatórios

A Comissão de Justiça aprovou substitutivo à proposta de emenda constitucional que disciplina o pagamento de precatórios. O texto explicita que somente serão liquidados débitos provenientes de sentenças já transitadas em julgado, isto é, para as quais não há mais recurso possível.

PÁGINA 4



A CCJ aprovou substitutivo do senador Edison Lobão, relator da proposta de emenda constitucional

# Acordo espacial com a Rússia vai a promulgação

Pedro Piva diz que Brasil deve buscar cooperação científica com países de reconhecida evolução em pesquisa no uso do espaço exterior

O Plenário do Senado aprovou ontem Acordo sobre Cooperação na Pesquisa e nos Usos do Espaço Exterior para Fins Pacíficos, celebrado em 1997, entre o Brasil e a Rússia. Na avaliação do relator da matéria, senador Pedro Piva (PSDB-SP), o acordo demonstra que as relações de cooperação entre os dois países atingem um novo patamar. A matéria

agora vai a promulgação.

Piva reconheceu os avanços e conquistas obtidos pela Rússia em pesquisa espacial, ao longo dos últimos 40 anos, e disse que cabe ao Brasil buscar parceria para o desenvolvimento de projetos de cooperação científica com países de reconhecida evolução nesse campo. Em sua opinião, isso é importante para o Brasil conquistar

posição na corrida espacial para fins pacíficos.

“Os satélites espaciais são, como se sabe, importantes instrumentos de pesquisa científica, utilizados para a definição de áreas de turbulências climáticas e para previsões de clima que visam, sobretudo, a área agrícola”, disse ele. Em sua opinião, esse é um acordo da maior importância para o Brasil.

## Acolhido texto contra pesca predatória em alto mar

O Senado aprovou ontem acordo para implementação das disposições da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, sobre a Conservação e Ordenamento de Populações de Peixes Transzonais e sobre Peixes Altamente Migratórios, concluída em Nova York, em 1995. A matéria agora vai a promulgação.

Relator da matéria, o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) considerou salutar a preocupação com a pesca predatória em alto mar, realizada sobretudo por países de tradição pesqueira, como o Japão e a Espanha, que a praticam munidos de sofisticados recursos técnicos. Ele disse que essa situação vem preocupando os países com grande costa marítima, como o Brasil. Conforme explicou, é na zona onde se reproduzem essas espécies transzonais que as capturas se realizam, atingindo até mesmo águas internacionais, em benefício de países de tecnologia avançada.

Mestrinho elogiou o compromisso assumido pelos países participantes do acordo, que agiram “conscientes da necessidade de evitar impactos adversos sobre o meio ambiente, de preservar a biodiversidade, de manter a integridade dos ecossistemas marinhos e de minimizar o risco dos efeitos de longo prazo ou irreversíveis de operações de pesca”.

## Plenário analisa empréstimo do BID para turismo na Amazônia

Em regime de urgência, o Plenário do Senado deve decidir hoje se autoriza o governo brasileiro a contratar empréstimo de US\$11 milhões junto ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) para financiar parcialmente o Programa de Desenvolvimento do Turismo na Amazônia Legal (Proecotur).

Com base em parecer do senador Jefferson Péres (PDT-AM), a Comissão de

Assuntos Econômicos concordou com essa autorização. O programa para o qual se destinam os recursos é gerido pela Secretaria de Coordenação da Amazônia, do Ministério do Meio Ambiente, e prevê investimentos em nove estados da região amazônica. Ao aprovar o empréstimo, a CAE decidiu também convidar o ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, a prestar esclarecimentos sobre o Proecotur.

Os recursos para esse programa, que



Jefferson Péres destaca “potencial fantástico” do ecoturismo na Amazônia

incluem US\$ 2,8 milhões de contrapartida do governo federal, serão utilizados na fase de pré-investimentos, ou seja, na elaboração de estudos e no planejamento das demais fases. Conforme Jefferson Péres, o Brasil é deficitário na conta-turismo e, para reverter a situação, o ecoturismo na Amazônia tem “potencial fantástico”.

Também hoje, o Senado inicia o segundo turno de discussão da proposta de emenda constitucional que limita os gastos dos legislativos municipais, fixando uma escala para os subsídios dos vereadores conforme critério que leva em consideração o número de habitantes de cada município. Em primeiro turno, a PEC foi aprovada com 70 votos favoráveis, quatro contrários e três abstenções. Antes de ser votada em segundo turno, ficará na pauta três dias para discussão.

## Regime celetista para servidor será votado na terça

O Senado aprovou ontem urgência para o projeto de lei da Câmara que enquadra a maior parte dos servidores públicos federais nas normas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O requerimento de urgência foi assina-

do pelo senador Jader Barbalho (PMDB-PA) e outros líderes partidários. Na presidência dos trabalhos, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) anunciou que o projeto entrará na Ordem do Dia da sessão da próxima terça-feira.

## Marina pede demissão do presidente da Petrobras

A senadora Marina Silva (PT-AC) defendeu ontem a demissão do presidente da Petrobras, Henri Philippe Reichstul, como responsável direto pelos graves prejuízos ecológicos ocorridos na baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, em consequência do vazamento de óleo em um dos dutos da Refinaria Duque



Marina: “Emocionada e revoltada” com o desastre ambiental

de Caxias. A senadora também apresentou à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura requerimento para que Reichstul compareça ao Senado para prestar esclarecimentos sobre o desastre ambiental. A comissão reúne-se hoje, às 9h30, para apreciar o assunto.

A parlamentar pelo Acre pede ainda o comparecimento do presidente

da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Rio, deputado Carlos Minc, do secretário estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, André Correia, e do representante do Greenpeace, Roberto Krishnam.

Marina Silva, que comprou a tragédia da baía de Guanabara a um “filme de terror”, disse que observou o vazamento de óleo com “olhos amazônicos” e ficou “emocionada e revoltada” com o que ocorreu. Para ela, face aos danos ambientais e prejuízos à população, “se alguém deveria ser afastado do cargo é o presidente da empresa, responsável maior pela ausência de uma política ambiental adequada, e não dois técnicos pegos como bodes expiatórios, como aconteceu”.

## Comissão ouve Greca hoje sobre a MP dos bingos

A comissão mista que analisa a medida provisória que cria a taxa de funcionamento dos bingos promove hoje, a partir das 10h, audiência pública com o ministro do Esporte e Turismo, Rafael Greca. O anúncio foi feito pelo senador Maguito Villela (PMDB-GO), relator da matéria. A medida constava da pauta da sessão de ontem do Congresso Nacional, mas sua votação foi adiada em virtude da audiência com o ministro. Maguito disse que o texto está pronto para ser votado.

A MP foi reeditada pelo Executivo em razão da extinção do prazo da Medida Provisória 2.002-2/99 e como forma de observar o princípio da anualidade em matéria tributária, dando ao Congresso prazo para seu exame e conversão em lei. Além de instituir a taxa dos bingos, a MP proíbe o controle de dois ou mais clubes por uma mesma empresa.

Preocupado com a lisura das competições esportivas, especialmente no futebol, o senador Maguito Villela adiantou que é favorável à proibição. “Com qual intuito uma empresa pretenderia controlar dois clubes?”, questionou.

## AGENDA

QUINTA-FEIRA, 27 DE JANEIRO DE 2000

### PLENÁRIO

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Primeiro dia de discussão, em segundo turno, da \*PEC nº 15-A/98, que limita os gastos com os legislativos municipais; \*PR nº 5/2000, que autoriza a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 11 milhões entre o Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Desenvolvimento do Turismo na Amazônia Legal.

### COMISSÕES

9h30 — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: \*Requerimento nº 1/2000, da senadora Marina Silva, solicitando a convocação de Henri Philippe Reichstul, presidente da Petrobras, e convidando os deputados Carlos Minc, presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, André Correia, secretário estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, e Roberto Krishnam, da organização não-governamental, Greenpeace, para prestarem esclarecimentos sobre o desastre ambiental causado pelo vazamento de óleo ocorrido recentemente na Refinaria Duque de Caxias, na Baía de Guanabara, no estado do Rio de Janeiro. Ala Senador Alexandre Costa — sala 13

10h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: Discussão dos destaques apresentados ao Relatório Setorial da Área Temática III e IV — Justiça e Defesa e apreciação dos demais relatórios setoriais do Orçamento para 2000 (Projeto de Lei nº 20/99 — CN). Plenário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

### PREVISÃO

### PLENÁRIO

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327  
Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Congresso acolhe MP contra a evasão fiscal

Medida provisória afeta operações financeiras que não eram taxadas com o Imposto de Renda. Graças a ela, investidores estrangeiros, por exemplo, passaram a pagar 15% de IR sobre os rendimentos desde o primeiro dia do ano

Em sessão realizada ontem, o Congresso Nacional aprovou o texto de medida provisória para combater a evasão fiscal, em especial operações financeiras que não eram alcançadas pelo Imposto de Renda. Os investidores estrangeiros, a partir de 1º de janeiro último, por exemplo, passaram a pagar 15% de IR sobre os rendimentos auferidos no país.

As operações realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros, assemelhadas e no mercado de balcão também são alcançadas pelas disposições da medida provisória. As operações de *day trade*, representadas pela prática de compras e vendas desenvolvidas em torno de um mesmo ativo, realizadas em um mesmo dia, também passaram a pagar 1% de IR na fonte, em caso de rendimento positivo.

De acordo com o deputado Antonio Cambraia (PSDB-CE), relator da matéria, a MP 2.013-4 "tem grande importância para se conter a evasão fiscal e fechar brechas para manobras de planejamento tributário". Ele rejeitou todas as emendas apresentadas à medida provisória, que agora segue para promulgação.

Os senadores e deputados que participaram da sessão de ontem também aprovaram a MP 2.015-1, que instituiu uma taxa de serviços administrativos em favor da Superintendência da Zona Franca de Manaus, além de criar a Taxa de Fiscalização Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e estabelecer preços a serem cobrados pelo instituto.

Mas a matéria sofreu modificações em relação ao texto colocado pelo Executivo na medida provisória. Os parlamentares apresentaram diversas emendas que foram acolhidas pelo relator, deputado Pauderney Avelino (PFL-AM), mediante entendimento entre as lideranças partidárias.

O novo texto da MP, transformada em projeto de conversão pelo Congresso Nacional, reduz os valores das taxas e os percentuais de multas, bem como amplia prazos de cadastramento para os profissionais obrigados a registro no Ibama.

A sessão do Congresso Nacional foi presidida pelo deputado Heráclito Fortes (PFL-PI), tendo como secretário o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO).



As operações em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e no mercado de balcão também são alcançadas pela medida provisória aprovada ontem

## Aprovada a criação da Agência Nacional de Saúde Suplementar

Depois de mais de duas horas de discussão, o Congresso aprovou ontem a Medida Provisória nº 2.012-2, editada pelo presidente da República em 30 de dezembro de 1999, que cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Para que os deputados e senadores pudessem aprovar a maté-

ria, sobretudo os de Brasília e do Rio de Janeiro, foi necessário um acordo, no sentido de que no prazo máximo de 45 dias o governo encaminhará um projeto de lei tratando do assunto para debate na Câmara e no Senado.

A grande polêmica estabelecida no plenário da Câmara, local onde foi

realizada a sessão do Congresso, foi com relação ao local onde funcionaria a sede e qual seria o foro da ANS. Em discursos exaltados, parlamentares do Rio de Janeiro e do Distrito Federal defenderam a instalação da agência no Rio e em Brasília, respectivamente. Depois de ameaças até de pedido de verificação de *quorum*, os parlamentares finalmente chegaram a um consenso sobre o assunto, a partir de sugestão do líder do PFL na Câmara, deputado Inocêncio Oliveira.

A proposta do deputado de Pernambuco, posteriormente ratificada pelo líder do governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM), e pelos demais líderes dos partidos, foi de que no primeiro artigo do projeto de lei que o governo encaminhará ao Congresso tratando da criação da ANS, constará que a sede e o foro da agência serão em Brasília, enquanto o escritório central da entidade ficará localizado no Rio de Janeiro.

O senador Edison Lobão (PFL-MA), presidente da comissão especial para apreciar a medida provisória que cria a ANS e líder do seu partido no Senado, foi um dos que se posicionaram favoráveis ao acordo sugerido por Inocêncio Oliveira. Considerando a idéia do deputado uma "solução sensata" diante de uma discussão em um "ambiente de exaltação", ele defendeu a aprovação da medida provisória por considerá-la fundamental para garantir os interesses de 25% dos brasileiros, usuários dos planos e seguros de saúde.

## Fim da crise inspirou a medida

O fim da crise nos mercados internacionais teria inspirado a medida provisória que criou a alíquota de 15% de Imposto de Renda sobre os ganhos de capital, segundo interpretaram alguns deputados, reunidos com senadores na sessão do Congresso. Na avaliação destes parlamentares, a certeza que o estabelecimento de um imposto não irá afugentar os investidores de curto prazo teria dado ao go-

verno segurança para evitar a evasão fiscal:

— Por estranho que pareça, esta medida provisória está corrigindo uma grande distorção, porque, naquele pacote da Ásia, de 1997, foram aprovadas duas medidas provisórias que reduziram a zero as alíquotas das remessas para o exterior — disse o deputado Arnaldo Faria de Sá (PPB-SP).

## Rádio Senado comemora três anos de transmissões

Em comemoração ao seu terceiro ano de funcionamento, a Rádio Senado FM coloca no ar uma programação especial no próximo sábado. São duas resenhas internacionais em inglês e em espanhol na Internet, além da transmissão, ao vivo, às 7h, de um show exclusivamente produzido pela Shonan Beach FM de Tóquio, Japão. A programação da rádio japonesa será dedicada à música popular brasileira. Por ocasião das comemorações, a emissora concedeu ao senador Artur da Távola (sem partido-RJ) placa comemorativa relativa às mil horas de trabalho na Rádio Senado FM.

Segundo o diretor da rádio, Sílvio Hauagen, ao completar três anos, a Rádio Senado vem cumprindo à risca seu objetivo de estreitar a aproximação do Legislativo com a sociedade, e os índices de audiência comprovam sua eficiência. "São cerca de 5.400 ou-

vintes por minuto, principalmente nos horários de transmissão ao vivo do plenário. A emissora está entre as mais qualificadas no *ranking* entre o público A e B, sem deixar de marcar presença entre os públicos C e D", informou.

A Rádio Senado, além de transmitir as principais atividades legislativas da Casa, produz boletins jornalísticos de âmbito nacional e regional, reproduzidos por mais de 100 rádios de todo o país, e programas especiais sobre música popular e erudita, literatura, qualidade de vida e História. Seu acervo é bastante solicitado por entidades nacionais e internacionais, tanto que, recentemente, foi utilizado pela BBC de Londres na sua retrospectiva do século XX.

## Consumidor é o alvo principal

A Agência Nacional de Saúde Suplementar, criada pela MP aprovada ontem, deverá cuidar basicamente dos direitos do consumidor de planos privados de saúde. De acordo com o projeto de lei de conversão da MP, a ANS será responsável pela regulação, normati-

A opinião é compartilhada pelo senador Sebastião Rocha (PDT-AP), um dos primeiros defensores da criação de um órgão que não só normatizasse e fiscalizasse o setor de planos privados de saúde, mas que também assumisse a defesa do consumidor desses

planos. Para Rocha, será muito positiva a concentração da fiscalização, que vinha sendo exercida por diversas autarquias diferentes, em um só órgão.

Sebastião Rocha lamentou, no entanto, que a MP de criação da agência tenha sido levada direto à votação em plenário porque a comissão mista criada para analisá-la nunca se reuniu. Para ele, a comissão seria o lugar ideal para debater, por exemplo, as taxas que serão cobradas dos planos de saúde e o seu efeito nos custos. Embora não considere a questão relevante, Sebastião Rocha defendeu a instalação da sede da ANS em Brasília.



Lobão: agência atenderá 40 milhões de pessoas



Para Rocha, fiscalização agora ficará concentrada

# CCJ aprova emenda constitucional que disciplina o pagamento de precatórios

Substitutivo do relator, senador Edison Lobão, determina que só serão liquidados os débitos resultantes de sentenças judiciais para as quais já não haja mais recursos

A proposta de emenda constitucional (PEC) que disciplina o pagamento de precatórios judiciais foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O substitutivo aprovado explicita que somente serão pagos débitos provenientes de sentenças já transitadas em julgado, isto é, para as quais não há mais recurso possível. Os precatórios judiciais devem ser incluídos nos orçamentos das entidades de direito público até 1º de julho, com prazo para pagamento até o final do ano seguinte. A atualização monetária dos precatórios, antes feita no ato de sua inclusão no orçamento, passará a ser feita no pagamento, de acordo com a proposição aprovada.

Como solução que possibilitasse o pagamento dos precatórios atrasados, o relator, senador Edison Lobão (PFL-MA), propôs a inclusão, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, artigo que prevê o parcelamento, em até dez anos, dos débitos resultantes de processos instaurados até 31 de dezembro de 1999. As ações ajuizadas após esta data serão pagas à vista.

O texto aprovado, por unanimidade, corresponde ao substitutivo proposto pelo relator. Os membros da CCJ rejeitaram destaque para artigo constante do voto em separado apresentado pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

A proposta de Valadares instituiu um escalonamento para o pagamento, parcelando todas as dívidas. Assim, os precatórios apresentados até 1º de julho de 2000 seriam pagos em nove anos; os apresentados até 1º de julho de 2001 seriam pagos em oito anos; e assim por diante, até 1º de julho de 2007, quan-



Agripino Maia preside a reunião da CCJ: pedido de vista adiou discussão sobre previdência complementar

do passariam a ser pagos à vista. Era esta a única diferença do substitutivo apresentado por Lobão.

De acordo com a proposta aprovada na CCJ, os precatórios referentes a créditos de natureza alimentícia terão de ser pagos em até 90 dias, até o valor limite fixado em lei. Uma das inovações do relator consistiu em tipificar esses créditos, como aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, as-

sim como benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez.

O substitutivo de Lobão ao projeto de lei oriundo da Câmara dos Deputados estabelece que, a requerimento do credor, os precatórios poderão ser pagos com títulos ou certificados da dívida pública. O texto, que será ainda votado em plenário, também determina que os precatórios decorrentes de desapropriação do único imóvel residencial deverão ser pagos em até dois anos.

A proposta aprovada permite ao presidente do tribunal competente a requisição ou determinação de seqüestro de quantias no caso de inadimplência do devedor. Mas, ao mesmo tempo, tipifica como crime de responsabilidade a ação desse presidente que vise ao retardamento do pagamento do precatório, ou a tentativa de fraude do mesmo.

Um dos vários senadores a se manifestar na discussão da matéria — que durou mais de duas horas —, o líder do PMDB, Jader Barbalho (PA), lembrou que a PEC deveria ser aprovada, já que tratava de uma situação de fato, possibilitando o pagamento de precatórios atrasados. Mas afirmou que o assunto deve continuar a ser discutido no Senado, na busca de um “tratamento mais adequado” para o problema.

## Adiada votação da previdência complementar

O presidente da CCJ, senador José Agripino (PFL-RN), concedeu aos senadores José Eduardo Dutra (PT-SE) e Eduardo Suplicy (PT-SP) vista do projeto do Poder Executivo que disciplina o Regime de Previdência Complementar. A proposta tem como relator o senador Francelino Pereira (PFL-MG) e deverá voltar à pauta na próxima reunião da comissão.

## Suplicy pede vista das propostas de combate à pobreza

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu vista das propostas de emenda constitucional (PECs) que visam à criação do Fundo de Combate à Pobreza, durante a reunião de ontem da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O relator da matéria, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), apresentou seu novo parecer sobre as propostas, em que acolhe os aspectos que julgou positivos em cada uma delas.

Além de um estudo mais aprofundado, Suplicy pediu ao presidente da CCJ que a matéria somente seja examinada após encontro dos parlamentares com o presidente Fernando Henrique Cardoso, que concordou em uma audiência com os senadores sobre o assunto. Suplicy também reivindicou tradução que pedira de texto de Thomas Penn, de

1775, sobre a importância de todo o povo de um país compartilhar das riquezas auferidas por aquela nação.

Em seu reexame, Alcântara pediu novo apensamento das duas PECs, que haviam sido desmembradas em sessão anterior da CCJ. A primeira PEC foi apresentada em agosto do ano passado pelo presidente do Senado Federal, Antonio Carlos Magalhães, enquanto a segunda foi proposta pela comissão mista especial que estudou o assunto, no final do ano.

Como principal fonte de financiamento do fundo, o relator optou pela criação de uma contribuição social com alíquota de 0,08% sobre as movimentações financeiras. A medida entraria em vigor em 18 de junho deste ano, quando a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) seria reduzida de 0,38% para 0,30%.

Lúcio Alcântara também manteve como fontes de recursos para o fundo a cobrança de um adicional de 5% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de produtos supérfluos; o Imposto sobre Grandes Fortunas, que ainda será definido; dotações orçamentárias; doações de qualquer natureza, e outras receitas.

O relator manteve a possibilidade de criação de fundos de combate à pobreza pelos municípios, estados e Distrito Federal. Os fundos estaduais e distrital seriam financiados por um adicional de até 2% no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre produtos e serviços supérfluos. Já os fundos municipais receberiam recursos de um adicional de até 0,5% na alíquota do Imposto sobre Serviços de serviços considerados supérfluos.



Suplicy quer que votação só ocorra após encontro dos senadores com o presidente FHC

## Congresso acelera a tramitação de códigos

O Congresso Nacional aprovou ontem projeto de resolução que acrescenta dispositivo ao Regimento Comum estabelecendo que os projetos de código em tramitação há mais de três legislaturas terão que ser submetidos a uma revisão, antes de sua discussão final na Casa que o encaminhará à sanção. O objetivo é adequá-los às alterações constitucionais e legais promulgadas desde sua apresentação.

A proposta, de autoria das mesas diretoras do Senado e da Câmara, tem como objetivo adequar os projetos de código, geralmente de longa tramitação no Congresso, à edição de legislação sobre a mesma matéria, no curso de sua apreciação. Um exemplo é o atual projeto de Código Civil, em análise há mais de três décadas, já aprovado na Câmara e revisado pelo Senado, que a ele ofereceu diversas emendas.

Neste caso, regimentalmente, cabe à Câmara, como Casa iniciadora, tão somente apreciar as emendas do Senado, aprovando-as ou rejeitando-as. Só que, durante os mais de 30 anos em que o projeto de Código Civil tramitou, várias alterações foram introduzidas no ordenamento jurídico do país, como a nova Constituição federal de 1988, modernizando e atualizando diversos aspectos da legislação civil brasileira. Não existia forma de introduzir as atualizações necessárias para que o novo código se compatibilize com a realidade social e constitucional do Brasil.

### TRAMITAÇÃO

De acordo com o texto da matéria aprovada, o relator do projeto na Casa em que se finalizar sua tramitação no Congresso, antes de apresentar perante a comissão respectiva seu parecer, encaminhará ao presidente da Casa relatório apontando as alterações necessárias para atualizar o texto do projeto em face das alterações legais aprovadas durante a sua tramitação.

O relatório será encaminhado pelo presidente à outra Casa do Congresso, que o submeterá à respectiva Comissão de Constituição e Justiça, que terá prazo de cinco dias para oferecer parecer sobre a matéria, se limitando a verificar se as alterações propostas restringem-se a promover a necessária atualização.

# Orçamento prevê gasto líquido de R\$ 25,8 bi com juros

Comissão Mista acolhe sub-relatório que estabelece a despesa governamental com os encargos da dívida pública. A previsão é de que o endividamento interno e externo atinja, ao final deste ano, R\$ 553,7 bilhões

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional aprovou ontem o sub-relatório que estabelece no Orçamento deste ano a previsão de gasto governamental com juros. Somando todos os encargos da dívida pública federal, a União gastará até dezembro R\$ 78,1 bilhões. Descontado o que recebe em juros, ou seja, de empréstimos concedidos, refinanciamento de dívidas estaduais e remuneração de títulos parados no Banco Central, a conta líquida estimada pela equipe econômica será de R\$ 25,8 bilhões. O estoque da dívida pública chegará a dezembro próximo em R\$ 553,7 bilhões.

Durante a votação, vários deputados criticaram os gastos com juros e lamentaram que, pela Constituição, o Congresso não possa mexer no dinheiro destinado ao pagamento de encargos da dívida. O gasto final com juros reais ficará acima do valor destinado a toda a área de saúde (R\$ 19,6 bilhões) e o dobro do previsto para a educação (R\$ 12,4 bilhões).

O sub-relator da área temática "Fazenda e Desenvolvimento", na qual constam os juros, deputado Freire Júnior (PMDB-TO), afirmou que a previsão de se gastar em termos líquidos R\$ 25,8 bilhões é muito otimista e parte do princípio de que tudo correrá muito bem

na área econômica neste ano. O deputado considera otimismo do governo a previsão de que a taxa real média de juros da dívida pública será de "apenas 6,9% no ano".

Outro ponto sobre o qual o sub-relator manifestou dúvidas refere-se à amortização de uma parte do estoque da dívida pública, com destaque para R\$ 20,3 bilhões provenientes das privatizações. Freire Júnior lembrou ainda em seu relatório que, no ano passado, o governo gastou em juros líquidos R\$ 73,2 bilhões, ou seja, prevê-se uma queda neste pagamento de quase 65%.

Conforme a proposta de Orçamento, o estoque da dívida pública do Tesouro Nacional chegará ao final deste ano em R\$ 553,7 bilhões, sendo R\$ 440,2 bilhões no mercado interno e R\$ 113,5 bilhões no exterior. A dívida em títulos no mercado interno estará em dezembro deste ano em R\$ 411,8 bilhões, mas nem tudo se encontrará efetivamente no mercado — uma parte estará nas mãos do Banco Central.

O sub-relatório "Fazenda e Desenvolvimento", aprovado ontem, engloba os gastos do Ministério da Fazenda (inclusive Banco Central), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e os "Encargos Financeiros da União" (dívida pública e juros). O



Comissão Mista de Orçamento, presidida pelo senador Gilberto Mestrinho, realiza nova reunião hoje

Ministério da Fazenda gastará R\$ 3,4 bilhões e o Ministério do Desenvolvimento R\$ 975 milhões.

Hoje, a partir das 10h, os deputados e senadores da Comissão Mista de Orçamento votarão os destaques de emendas apresentados aos sub-relatórios "Fazenda e Desenvolvimento" e "Agricultura e Política Fundiária". Se houver tempo, será iniciada a votação de outro sub-relatório ("Infra-Estrutura"), o quinto dos dez em que foi dividido o Orçamento para este ano.

## Comissão aprova relatório, mas pede mais investimentos no campo

Na reunião de ontem, a Comissão Mista de Orçamento aprovou também o relatório parcial que trata dos recursos destinados este ano aos ministérios da Agricultura e do Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário. De acordo com a proposta orçamentária para 2000, os dois ministérios receberão R\$ 6,01 bilhões, sendo R\$ 4,24 bilhões para o Ministério da Agricultura e R\$ 1,71 para o da Política Fundiária.

A discussão do relatório do Orçamento de 2000 para a agricultura e política fundiária foi marcada por duras críticas às ações do governo federal com relação à agricultura. A oposição protestou contra os cortes orçamentários previstos para este ano em vários setores tidos como prioritários para o desenvolvimento da área rural, a exemplo dos verificados nas empresas de assistência técnica e extensão rural.

Mas as críticas não partiram somente da oposição. O próprio relator, deputado Cleonânio Fonseca (PPB-SE), reclamou da falta de apoio e da escassez de recursos para o setor agrícola brasileiro. "A situação do campo vai continuar desesperadora, principalmente no Nordeste", disse o relator, que se mostrou pessimista com os

recursos a serem alocados para o campo este ano.

Embora afirmando que a agricultura voltou a ser prejudicada no Orçamento de 2000, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) observou que houve pequenos avanços em relação ao ano passado. Ele destacou a canalização de recursos para programas destinados ao pequeno produtor e projetos de assentamento de trabalhadores rurais.

O orçamento do Ministério da Agricultura e do Abastecimento para 2000, na visão do relator, leva a crer que, de fato, o governo direcionou mais recursos para o setor e que, a partir deste ano, "vai outorgar prioridade à agricultura, compatível com a sua importância no desenvolvimento nacional e reconhecendo-a como fator de geração de renda, emprego e estabilidade".

Ele observou, no entanto, que o aumento de 29,22% verificado no Orçamento deste ano em relação a 1999 deve-se à transferência do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio para o Ministério da Agricultura e Abastecimento, levando em sua bagagem nada menos do que R\$ 746,5 milhões.

— Expurgando-se esses recursos chega-se ao valor real de R\$ 3,49 bilhões a serem destinados este ano para o ministério, o que representa muito pouco — frisou o deputado.

Depois de lembrar que apenas R\$ 67 milhões, ou seja, 1,57% do orçamento do ministério, estão previstos para despesas com investimento, o relatório destaca que somente as despesas com pessoal e encargos atingem R\$ 1,97 bilhão, representando quase a metade dos recursos disponíveis.

O Ministério da Política Fundiária e Agricultura Familiar, que terá R\$ 1,71 bilhão, vai aplicar a maior parte dos recursos, de acordo com a proposta orçamentária, no Programa para a Agricultura Familiar (Pronaf) e em projetos desenvolvidos pelo Incra, como assentamento de trabalhadores rurais, estímulo à produção agropecuária, apoio às ações de assistência técnica e extensão rural, mecanização agrícola e eletrificação do campo.

As atividades de promoção do consumo de café, tanto no país quanto no exterior, também constam do relatório aprovado pela comissão, que tem como presidente o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).

## Proibição de armas terá pareceres separados

Os pareceres dos senadores Renan Calheiros (PMDB-AL) e Pedro Piva (PSDB-SP) sobre o projeto de lei que proíbe a fabricação, a venda, a posse e o porte de armas de fogo serão apreciados em separado nas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Em reunião realizada ontem na liderança do governo no Senado, entre os relatores e os líderes dos partidos, não houve acordo que permitisse a unificação dos relatórios.



Calheiros e Piva darão pareceres diferentes sobre a proposta de restrições às armas

Segundo o líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), o acordo não saiu principalmente porque Renan Calheiros é contra a venda de armas. Piva permitiria a comercialização, restringindo, no entanto, o porte fora de casa, e permitindo a posse de armas, desde que mantidas no interior de residências. Ou seja, os dois estão de acordo apenas em relação ao porte. Piva e Renan Calheiros também concordam com a realização de uma consulta nacional para referendar o projeto que vier a ser aprovado.

— O relatório de Calheiros aproxima-se mais do que o governo quer, mas o relatório de Piva, embora não tão próximo, representa um avanço em relação à atual lei — disse Arruda.

Piva argumentou que a proibição do porte — dentro das residências estaria caracterizada apenas a posse — já reduziria significativamente o número de crimes. Ele acredita que, cria-

do esse primeiro obstáculo, outras restrições poderiam ser feitas ao longo do tempo com chances de sucesso.

— Seria melhor do que aprovarmos uma lei que, a exemplo da atual, não fosse cumprida — disse Piva.

Para Renan Calheiros, liberar a venda de armas de fogo "fere de morte o projeto" de Arruda. Ele lembrou que o

Brasil, de acordo com levantamento da ONU, ocupa o primeiro lugar em crimes com esse tipo de arma. Hoje há no país dois milhões de

armas legalizadas e estima-se que 20 milhões estejam em situação ilegal.

O senador por Alagoas informou que seu parecer será apresentado hoje, às 11h, na CCJ. Conforme Arruda, o relatório de Piva será apresentado à CRE o mais breve possível, já que na próxima semana as comissões votarão os dois textos.

O líder do governo previu que, aprovado em uma comissão, o projeto tenderá a ser aprovado na outra, ocorrendo o mesmo com o rejeitado na primeira comissão. Mesmo tendo caráter terminativo, a matéria deverá ser avocada para votação em plenário, dadas a importância do assunto, a polêmica que provocou e a ausência de acordo. Arruda observou que o andamento do projeto no Senado levou a Câmara dos Deputados a acelerar a tramitação de idêntica proposta.

— Essa competição é saudável — opinou o senador.



Luzia pretende estender o prazo válido para os servidores públicos aos trabalhadores celetistas

## Luzia Toledo quer ampliar licença por morte na família

Os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) poderão ter ampliado de dois para cinco dias o período de licença por morte na família, caso seja aprovado projeto de lei de autoria da senadora Luzia Toledo (PSDB-ES).

O objetivo da senadora é tornar mais igualitário o tratamento entre os empregados de empresas privadas e os servidores públicos, que podem faltar oito dias ao trabalho por essa razão. O direito é concedido no caso de falecimento de cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que viva sob dependência econômica do trabalhador.

– Comparando os prazos, no tratamento dispensado a um e outro grupo, percebemos uma diferença excessiva – diz a senadora na justificativa do seu projeto.

Ela argumenta que o período de dois dias é insuficiente, já que não permite ao trabalhador recuperar-se dignamente, cumprir com as formalidades legais que essas situações exigem, consolar seus familiares e retornar em condições satisfatórias ao trabalho.

Luzia Toledo deu como exemplo a situação do empregado que precisa viajar em razão do falecimento de um parente. Ele não conseguirá sequer retornar à localidade do trabalho dentro desse espaço de tempo.

– O que dizer então das condições psicológicas e físicas? – questiona a senadora.

Luzia Toledo acredita que os empregadores estendem informalmente o prazo de dois dias, mas o direito garantido em lei dará mais tranquilidade ao empregado para se afastar do trabalho.

# Lúcio Alcântara defende privatização de presídios

Senador diz que as deficiências verificadas no sistema penitenciário estão relacionadas com o aumento da criminalidade no país

A ampliação de investimentos em segurança pública é uma importante opção para reduzir a violência. A opinião é do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que sustentou ser cada vez mais oportuna a discussão sobre a possibilidade de o país privatizar o sistema penitenciário.

– O avanço da criminalidade, manifestado na crescente ocorrência de episódios de violência, e as deficiências ainda hoje constatadas no aparato de segurança pública e no sistema penitenciário constituem problemas que se entrelaçam e demandam soluções, tanto quanto possível, conjuntas – disse o senador.

Lúcio Alcântara falou sobre um estudo do promotor de Justiça Ricardo Machado, do Ceará, no qual o autor registra que, nesta década, intensificaram-se os debates acerca da privatização do sistema penitenciário “em face do notório fracasso do nosso sistema prisional”.

Ele lembrou que um relatório divulgado pela Anistia Internacional considerou a situação



Lúcio Alcântara propõe o debate sobre a adoção de prisões de segurança máxima administradas pelo setor privado

carcerária do Brasil como a pior da América Latina. No último quadriênio, segundo a entidade, 53 presos foram mortos e 374 feridos em incidentes dentro das prisões, apenas no estado de São Paulo.

– Basta ver que, de acordo com o último censo penitenciário, contamos com uma população prisional de cerca de 130 mil in-

ternos, que ocupam, num desafio às leis da física, somente 60 mil vagas. O déficit é, portanto, brutal, carecendo o sistema de pelos menos 70 mil novas vagas, apenas para acomodar os que estão presos, sem considerar 275 mil mandados de prisão aguardando cumprimento – informou o senador.

Além da falta de acomodação nos presídios, o estudo do promotor cearense aponta como causas da falência do sistema “as condições higiênicas deploráveis”,

a precariedade da assistência médico-odontológica e a inexistência de programas educativos e de natureza psicossocial.

De acordo com o parlamentar, um modelo federal de co-gestão do sistema penitenciário compreenderia prisões de segurança máxima sob responsabilidade da União e administradas pelo setor privado.



O projeto de Ademir destina à pesquisa científica recursos originários da atividade mineral

## Ademir propõe investimento em pesquisas no Norte e Nordeste

Projeto apresentado pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA) define percentuais da distribuição de compensação financeira pela exploração de recursos minerais para a pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico na área de exploração e beneficiamento desses recursos.

Pela proposta, 3% dessa compensação, que é devida a estados e municípios, deverão ser destinados à pesquisa científica por intermédio do Ministério da Ciência e Tecnologia.

O projeto estabelece, ainda, que o ministério destine 40% desses recursos para instituições de pesquisa sediadas em estados das regiões Norte e Nordeste.

Ademir disse querer sanar duas carências com esse projeto. De um lado, o senador pretende vincular esses recursos à pesquisa na área de mineração, uma vez que o modelo de pesquisa vigente no Brasil espera a adesão de pesquisadores interessados.

Essa vinculação pretendida pelo projeto, diz o senador, cria recursos que estarão disponíveis ao pesquisador que queira atuar nesse campo, revertendo o modelo e fomentando as pesquisas no setor.

Por outro lado, ao destinar 40% dos recursos para as regiões Norte e Nordeste, o senador pretende enfrentar a defasagem de recursos alocados para as duas regiões, segundo ele, historicamente discriminadas na repartição de verbas governamentais destinadas ao amparo à pesquisa. O projeto foi encaminhado às comissões de Educação e de Assuntos Econômicos, para decisão terminativa.

## Eduardo destaca o apoio às micro e pequenas empresas no Tocantins

Aproximadamente 90% dos contratos realizados no estado do Tocantins no ano passado com as verbas do Fundo Constitucional do Norte (FNO) foram fechados com micro e pequenas empresas, que absorveram 57% dos recursos, segundo informou o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO). O senador congratulou a direção do Banco da Amazônia (Basa) pelo esforço que a instituição vem fazendo para aplicar os recursos do FNO a bem do desenvolvimento da região.

– Tenho certeza de que se o exemplo fosse seguido no Brasil pelo setor bancário e pelo governo, o Brasil não seria o campeão mundial de má distribuição de renda, nem haveria tanta concentração e tanta exclusão

– afirmou.

Eduardo Siqueira Campos informou que, do total de R\$ 452 milhões contratados no Tocantins, de acordo com os cronogramas de liberação, R\$ 119 milhões já foram liberados, superando a quota prevista, que era de R\$ 90 milhões.

Do total liberado, 43% foram aplicados quase em igual quantidade em médias e grandes empresas, segundo o senador. Ele lamentou, no entanto, que tenham sido efetuados apenas dois contratos com cooperativas, “o que demonstra o quanto precisa ser feito nesse setor no Tocantins”, disse.

Afirmando que o Basa é um exemplo a ser seguido pelo Brasil, o senador fez um apelo no sentido de que se ampliem os recur-



Eduardo Siqueira Campos: micro e pequenas receberam 90% dos contratos do FNO

sos de investimentos na região amazônica.

– Como tem sido denunciado dessa tribuna, os recursos são ínfimos em relação ao que é investido nas áreas desenvolvidas do país – protestou.



Lúcia Rocha, mãe do cineasta Glauber Rocha, e o senador Francelino Pereira

## Francelino comemora êxito de mostra de cinema na cidade de Tiradentes

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) relatou ontem, em plenário, o êxito de público e de crítica que vem marcando, segundo ele, a 3ª Mostra de Cinema, que se realiza na cidade de Tiradentes, em Minas Gerais.

Conforme o senador, entre 30 e 40 mil pessoas participarão da mostra, que se encerrará neste final de semana, e na qual estão sendo exibidos 29 longas-metragens e 42 curta-metragens, além de 39 vídeos.

Segundo Francelino Pereira, a mostra "abriu-se em clima de festa e entusiasmo do público", com a presença do governador Itamar Franco e de Lúcia Rocha, mãe do cineasta Glauber Rocha, autor do filme *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, que será exibido em sessão especial, por ter sido eleito o filme do século XX por 36 críticos e especialistas.

O senador por Minas Gerais ressaltou que a mostra marcou a aproximação da Subcomissão Especial do Cinema Brasileiro, da Comissão de Educação do Senado, com os integrantes do Fórum Nacional dos Organizadores de Eventos Audiovisuais, entidade lançada no ano passado, durante o 27º Festival de Cinema de Gramado, no Rio Grande do Sul. "Na qualidade de relator da subcomissão, recebi das mãos de Esdras Rubim o projeto dos estatutos e a declaração dos propósitos do Fórum", informou.

Esse fórum surgiu para coordenar os eventos audiovisuais no país, explicou Francelino Pereira. "São, ao todo, 45 eventos no calendário nacional, começando com a mostra de Tiradentes no mês de janeiro e terminando com os festivais de Natal, Rondônia e Teresina, em dezembro", concluiu.

# Camata refuta *IstoÉ* e recebe apoio no Plenário

Senador assegura em pronunciamento que documento usado pela revista para tentar associá-lo ao crime organizado é falso

Em pronunciamento que obteve solidariedade no Plenário, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) disse que o suposto documento em que a revista *IstoÉ* se baseou para noticiar que ele teria envolvido com o narcotráfico e o crime organizado no Espírito Santo "não existe", porque é falso. Ele apelou ao governador José Ignácio Ferreira para que abra investigações que determinem quem está produzindo semelhantes "documentos". Convencido de que o repórter da revista foi enganado, Camata disse que os jornalistas locais nem chegam a receber documentos semelhantes, porque não os levariam mesmo a sério.

Vários senadores registraram sua solidariedade, muitos deles falando por outros que não tiveram oportunidade de se manifestar devido ao tempo limitado de que Gerson Camata dispunha (*ver matéria abaixo*).

O senador explicou que o suposto documento é apresentado como um boletim secreto redigido em 1989 pela denominada PM2 – o serviço secreto da Polícia Militar do estado – com base em informação que teria sido dada pelo



Camata recebeu solidariedade até do delegado federal que, segundo a revista, o teria acusado

então superintendente regional da Polícia Federal, delegado Oscar Carvalho. Camata afirmou ter tido acesso ao documento, apócrifo, carimbado como "secreto".

Num dos parágrafos, que não despertou o interesse do repórter da revista, observou o senador, a PM2 descreve que o superintendente "deixou entender que tinha apoio de Brasília/DF e todo um esquema para desbaratar o crime organizado no estado, o que deveria ocorrer em breve. Entre-

tanto, até esta data nada de concreto aconteceu. Face às várias entrevistas que deu aos órgãos locais de imprensa, o dr. Oscar passou a ser criticado (inclusive por integrantes da Polícia Federal). Como não apresentou nada de concreto, apenas acusações (sem provas) que provocaram reações dos acusados, o desgaste da figura do superintendente da Polícia Federal está sendo inevitável".

Entre as inúmeras manifestações de solidariedade que recebeu ao longo da semana, o senador declarou-se surpreendido com uma delas, do próprio delegado, agora aposentado. Tratava-se de carta que Oscar Carvalho dirigiu à revista *IstoÉ* para assegurar que realizou investigações relativas ao narcotráfico no estado, mas que "em nenhum momento tais investigações, amplamente divulgadas pela imprensa, esbarraram no nome do ilustre senador Gerson Camata, de invejável e ilibada carreira política no estado", citou o senador.

– Produziram um documento falso. Não fui nem investigado nem indiciado – concluiu Camata.

## Senadores reafirmam solidariedade

Dezessete senadores, inclusive Geraldo Melo (PSDB-RN), que presidiu a sessão de ontem, manifestaram sua solidariedade ao senador Gerson Camata. Muitos outros não conseguiram registrar pessoalmente seu apoio, mas o fizeram através dos dezessete que ocuparam o microfone. Vários deles cobraram uma legislação que assegure, nos casos de calúnia e difamação, direito de resposta imediato e na mesma forma e no local em que foram veiculadas as acusações.

Luzia Toledo (PSDB-ES) fez questão de levantar-se para registrar sua indignação com a revista. Segundo disse, o fato de os nomes de Elcio Alvares, Gerson Camata e Carlos Velloso terem sido citados como envolvidos com o narcotráfico tem a ver com "um governador que colocou o Espírito Santo no rumo certo", referindo-se a José Ignácio Ferreira.

Já Paulo Hartung (PPS-ES) disse que não há como tapar o sol com uma pedreira e não reconhecer que o estado tem problemas graves, que precisam ser cor-

rigidos. "Mas não vamos superá-los com calúnia e difamação", afirmou, enfatizando que nunca viu o nome de Camata associado a crime organizado, narcotráfico ou violência. Gilvam Borges (PMDB-AP) considerou repugnante o que chamou de campanha sórdida e covarde contra o estado capixaba.

Roberto Requião (PMDB-PR), por sua vez, leu documento da Executiva do PMDB-PR em apoio a Camata e defendeu projeto de sua autoria que garante direito de resposta quase imediato, no mesmo espaço e forma. Aprovado por unanimidade no Senado, a proposta "dormita há três anos nas gavetas da Câmara". Ele apelou para que as lideranças do PMDB e dos outros partidos intercedam junto ao deputado Michel Temer, presidente da Câmara, para que o projeto seja finalmente votado.

O líder do PMDB, senador Jader Barbalho (PA), assegurou que as lideranças políticas não cogitam cercear a liberdade de imprensa, mas avaliou que o direito de resposta proposto por Requião é mais do que justo e coerente com a pró-

pria liberdade de imprensa e com a democracia. Pedro Piva (PSDB-SP) observou que a postura tranqüila de Camata, sem irritação e sem altear a voz, era demonstrativa do repúdio devido à matéria publicada pela revista.

O líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), testemunhou o apreço, consideração e respeito desfrutado por Gerson Camata junto ao presidente da República e ao governo de modo geral. Hugo Napoleão (PFL-PI) alinhou sua trajetória política à de Camata – ambos foram governadores de seus estados no mesmo exercício, ambos foram eleitos e reeleitos senadores nos mesmos anos – para registrar que nunca o senador capixaba foi questionado, sob qualquer circunstância.

Os senadores José Fogaça (PMDB-RS), Ney Suassuna (PMDB-PB), Amir Lando (PMDB-RO), Eduardo Suplicy (PT-SP), Arlindo Porto (PTB-MG), Roberto Saturnino (PSB-RJ), Leomar Quintanilha (PPB-TO) e Francelino Pereira (PFL-MG) manifestaram solidariedade a Gerson Camata.

## Melo diz que é preciso preservar imagem

Na presidência da sessão de ontem à tarde, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN), após o pronunciamento de Gerson Camata, ponderou que está se disseminando no país o desejo de acabar com a impunidade:

– Mas também temos que garantir

que este seja um país em que valha a pena ser decente, em que todos tenham a segurança de que a sociedade tem meios de assegurar que sua vida não será caluniada – completou.

Gerson Camata, continuou o senador, tem uma vida pública constituí-

da pela crescente construção de uma imagem que é motivo de respeito e admiração. A seu ver, o pronunciamento de Camata hoje "deve ter convencido a sociedade de que é necessário fazer alguma coisa" contra semelhantes tipos de calúnias.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h – Unip: Gastrite  
6h30 – *Cidadania*: O senador Roberto Requião fala sobre o processo político na Venezuela  
7h25 – *Senado em Pauta*  
7h30 – *Entrevista*: O senador Pedro Piva fala sobre o desporto amador  
7h55 – *Senado em Pauta*  
8h – *Jornal do Senado*  
8h30 – *TV Escola – Paisagens Brasileiras*: episódio *A mulher, a árvore, o chapéu* – Sobral/CE  
8h55 – *Senado em Pauta*  
9h – *Cores do Brasil*: Turismo em Pernambuco  
9h30 – Reunião da Comissão de Infra-Estrutura (vivo)  
9h55 – *Senado em Pauta*  
10h – Sessão Plenária (vivo)  
Logo após – Reunião da Comissão de Infra-Estrutura  
Logo após – *Entrevista*: O senador Pedro Piva fala sobre o desporto amador  
Logo após – Sessão Plenária (reapresentação)  
19h30 – *Cidadania*: O senador Roberto Requião fala sobre o processo político na Venezuela

20h30 – *Entrevista*: O senador Pedro Simon fala sobre os resultados dos CPIs  
21h – *Jornal do Senado*  
21h30 – Sessão Plenária (reapresentação)

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

8h – *Agenda Senado*  
Em seguida – Música e informação  
14h30 – Sessão Plenária do Senado (ao vivo)  
Em seguida – Música e informação  
19h – *A Voz do Brasil*  
Em seguida – Música e informação  
20h30 – *Senado em Linha Direta – Edição Nordeste*  
Em seguida – Música e informação  
21h – *Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste*  
Em seguida – Música e informação  
21h30 – *Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste*  
Em seguida – Música e informação  
0h – Sessão Plenária do Senado (reprise)  
Em seguida – Música e informação

## Geraldo Cândido cobra respeito aos aposentados

Ao discursar pelo Dia Nacional dos Aposentados, comemorado no último dia 24, o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) protestou contra a política econômica do presidente Fernando Henrique Cardoso, que está, segundo ele, condenando milhões de idosos ao abandono e à marginalização. “São 13,5 milhões de pessoas com mais de 60 anos, número



Cândido: não há por que festejar o Dia Nacional dos Aposentados

que deve dobrar nos próximos 20 anos.” Cândido salientou que esses aposentados não abdicaram de lutar pelos seus direitos. “Seu movimento apresentou uma pauta de reivindicações rejeitando a desvinculação do salário mínimo dos benefícios dos aposentados, a insistência do governo de cobrar contribuição previdenciária, bem como a fixação de

subtetos salariais na remuneração dos servidores públicos estaduais e municipais”, disse.

Geraldo Cândido lembrou que a data marca, também, os 77 anos da Previdência Social. Ele afirmou que as projeções do governo para o Orçamento do ano 2000 mostram que a arrecadação será de R\$ 134 bilhões, enquanto os gastos com saúde, INSS e pagamento de servidores consumirão R\$ 120 bilhões. “Ou seja, o governo prova que haverá um superávit de R\$ 14 bilhões”, garantiu.

O senador disse que não há motivos para comemorar o Dia Nacional dos Aposentados. “Precisamos, isso sim, denunciar a situação de abandono em que eles vivem”, completou Cândido.

## Jucá anuncia regularização de débitos junto à União

Ao anunciar que foi publicado ontem, no *Diário Oficial* da União, decreto assinado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso regulamentando a execução do Programa de Recuperação Fiscal (Refis), o senador Romero Jucá (PSDB-RR) lembrou que os empresários de qualquer porte (exceto os de instituições financeiras e de *factoring*) que quiserem se beneficiar do programa terão até o dia 31 de março próximo para formalizar sua participação.

O Refis, instituído por medida provisória em vigor desde o último dia 13, destina-se a promover a regularização de créditos da União decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a



Jucá: programa ajuda empresas a renegociar as suas dívidas

tributos e contribuições administrados pela Receita Federal e pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta e recolhimento de valores retidos.

— No último ano, o país viveu momentos de dificuldades econômicas, que repercutiram principalmente nos pequenos e microempresários. Eles ficaram inadimplentes e terminaram sendo obrigados a deixar de pagar alguns impostos. Este programa oferece condições para esses empresários solucionarem os seus problemas a curto prazo — comentou Jucá.



## BRINDEIRO RECEBE CONCLUSÕES DA CPI DOS BANCOS

O presidente da CPI dos Bancos, senador Bello Parga (PFL-MA), entregou ontem ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, as conclusões do relatório preparado pela comissão.

Parga pediu “agilidade” no oferecimento de denúncias contra os respon-

sáveis pelos crimes a purados, afirmando que a Procuradoria da República terá “todos os elementos para iniciar ações e punir os responsáveis”.

Geraldo Brindeiro garantiu “prioridade” à apuração dos fatos investigados pelos senadores.

# Cabral aponta insensibilidade de burocratas com a Amazônia

Polícia Federal pode deixar de receber US\$ 425 milhões em recursos externos por causa da decisão do governo de cortar projetos, diz senador

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) acusou ontem a “tecnoburocracia insensível e irracional” da Esplanada dos Ministérios de cortar “tão drasticamente” os projetos da Polícia Federal para defesa da Amazônia que o país poderá perder financiamentos de US\$ 425 milhões de bancos franceses e alemães. Os projetos, conhecidos pelas siglas Pró-Amazônia e Promotec, constam do Plano Plurianual de Investimentos com menos que 10% do previsto inicialmente.

Para o senador, “os burocratas do governo” não têm noção real dos problemas que os traficantes de drogas e de armas e o crime organizado estão provocando ao país, sempre partindo da Amazônia. Cabral lamentou que os funcionários encarregados de cortar verbas federais só pensam “no cumprimento das metas econômicas e das regras estabelecidas pelo FMI”.



Cabral: burocratas desconhecem a realidade da região

Depois de lembrar que o governo norte-americano está destinando US\$ 1,6 bilhão para operações na Colômbia contra o narcotráfico, o senador afirmou que os guerrilheiros e traficantes vão cruzar a fronteira e atuar no lado brasileiro, pois a Bolívia e o Peru também estão contando com o apoio dos EUA. Bernardo Cabral perguntou se “há apenas coincidência” na atuação norte-americana nos três países com o corte de verbas feito para cumprir metas fixadas com o FMI.

— São fatos e situações isoladas ou estamos assistindo ao desenrolar de um *script* que tem em seu roteiro, como desfecho, a desestabilização da Amazônia? — perguntou. Cabral tem denunciado a existência de um movimento, liderado pelos norte-americanos, em favor da internacionalização de parte da região amazônica, sob o argumento de que só

assim se poderia preservar seu ecossistema.

O Pró-Amazônia e o Promotec, conforme o senador, foram criados para que sejam utilizadas todas as informações técnicas obtidas pelos projetos Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) e Sistema de Proteção da Amazônia, por meio dos quais as Forças Armadas usarão radares para controlar a região. Com tais informações, a Polícia Federal teria todas as condições de combater o tráfico e os crimes contra o meio ambiente.

Cabral afirmou que os projetos de modernização da Polícia Federal trazem rapidamente retorno, até mesmo financeiro, ao país. Citou que, por causa do contrabando, a arrecadação de IPI sobre cigarros caiu cerca de R\$ 600 milhões de 1998 para 1999. Caso continue o contrabando, em quatro anos a perda de arrecadação poderá chegar a R\$ 2,4 bilhões. O senador Bernardo Cabral teve o apoio, em apertes, de Romeu Tuma (PFL-SP), Gerson Camata (PMDB-ES), Heloísa Helena (PT-AL) e Romero Jucá (PSDB-RR).

## Hugo Napoleão denuncia governo do Piauí

A partir de inquéritos realizados pela Polícia Federal no Piauí, o senador Hugo Napoleão (PFL-PI) apresentou ontem várias denúncias de corrupção envolvendo o governador daquele estado, Francisco de Assis Moraes Sousa “Mão Santa”. Napoleão classificou como “irrefutáveis” as provas contidas nos autos dos inquéritos.

Elas incluem gravações de ligações telefônicas autorizadas pela Justiça que revelam a influência do empresário José Carlos Bezerra de Sá, o “Mazuca”, na administração estadual e o envolvimento dos próprios filhos do governador em casos de corrupção.

Napoleão também apresentou recibos de grupos musicais, que prestaram serviços durante a campanha para governador ocorrida em 1998, e uma relação de 527 assessores mantidos através de uma “folha de pagamento secreta”

pelo secretário estadual da Administração, Magno Pires. Segundo o senador, os salários desses assessores variam de R\$ 320,00 a R\$ 8.800,00, e a folha de pagamento do estado cresceu 81% nos últimos cinco anos. Ele revelou que muitos desses assessores nem sequer sabiam que estavam empregados no governo.

Outros inquéritos da Polícia Federal apresentados por Napoleão revelam que, durante a campanha eleitoral que levou Mão Santa ao segundo mandato, os piauienses foram dispensados de pagar conta de água e, além disso, material contrabandeado apreendido pela Secretaria da Fazenda, cujo titular, Paulo de Tarso, é irmão do governador, era distribuído em



Segundo Napoleão, estado chegou a pagar folha secreta

comícios. “A eleição foi tomada, não foi ganha. É uma vergonha constatar que recursos foram repassados ilegalmente para a campanha do governador”, afirmou Napoleão.

Ernandes Amorim (PPB-RO) lembrou que também trouxe denúncias do mesmo nível em relação ao governador de Rondônia. Freitas Neto

(PFL-PI) disse não ter dúvidas de que os inquéritos da Polícia Federal vão confirmar as denúncias de Hugo Napoleão. Edison Lobão (PFL-MA) qualificou o relato de Napoleão como “impressionante”, e lamentou que um estado pobre tenha funcionários que nem sabem que estão na folha de pagamento.

## Descobrimento é festejado na data errada, diz Freire

O senador Roberto Freire (PPS-PE) afirmou que foram festejados ontem, dia 26 de janeiro, em Cabo de Santo Agostinho (PE), os 500 anos do descobrimento do Brasil.

— O navegador espanhol Vicente Yañez Pinzón aportou no cabo nessa data, mas a façanha esbarrou no Tratado de Tordesilhas, que assegurava a Portugal o trecho em que Pinzón esti-

vera — afirmou o parlamentar.

Segundo o senador Roberto Freire, historiadores brasileiros como Capistrano de Abreu, Manoel Pereira da Costa, Flávio Guerra e Mário Sette confirmam esses fatos:

— O fato de a data oficial do descobrimento do Brasil ser o 22 de abril, na Baía de Cabralia (BA), só demonstra que as conveniências políticas da épo-

Roberto Freire: Pinzón foi quem primeiro chegou no Brasil

ca superaram os fatos históricos, documentados e comprovados.

